

Revista Brasileira de Cartografia (2015), Edição de Cartografia Histórica: 887-903
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto
ISSN: 1808-0936

DO "ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS DA COSTA" ATÉ A "CARTA GERAL": OS MAPAS DE SÍNTESE PARA O TERRITÓRIO DA AMÉRICA PORTUGUESA E DO BRASIL IMPÉRIO

From the "Roteiro de todos os Sinais da Costa" to the "Carta Geral": the Synthesis Maps for the Territory of the Portuguese America and Brazil Empire

Antônio Gilberto Costa

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Centro de Referência em Cartografia Histórica

Av. Gustavo da Silveira, 1035 – Santa Inês – 31080-010 - Belo Horizonte/MG, Brasil
ag.costa@uol.com.br

Recebido em 07 de Agosto, 2012/ Aceito em 17 de Novembro, 2012

Received on August 07, 2012/ Accepted on November 17, 2012

RESUMO

A história envolvendo a conquista, a ocupação e a demarcação do território da América portuguesa e, posteriormente, do Brasil Império, ao longo de quase quatrocentos anos, encontra-se registrada em incontáveis documentos cartográficos¹. Desse conjunto destacam-se aqueles que podem ser considerados como mapas de síntese. A partir do estudo desses documentos e do levantamento das circunstâncias determinantes para suas respectivas produções, constata-se que os mesmos, datados aproximadamente dos finais dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, trazem informações importantes não só para o conhecimento daquela história, mas para inúmeras outras envolvendo os avanços do conhecimento técnico e do geográfico verificados ao longo desse período. Com embasamento nessas informações é possível ainda afirmar que interesses privados nortearam as iniciativas de mapeamento e conhecimento do território em seus primeiros duzentos anos de existência, tendo sido esses progressivamente substituídos pelos da Coroa portuguesa e do Governo Imperial nos últimos. Assim, os documentos síntese *Roteiro de todos os sinais conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães* e o *MAPA Da maior parte Da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*, produzidos respectivamente em finais dos séculos XVI e XVII, resultaram, o primeiro com algum planejamento de estado, da necessidade de atendimento a interesses privados, envolvendo desde donatários de capitânicas hereditárias até ordens religiosas, como a dos Padres Jesuítas. Os documentos identificados como de síntese para os séculos XVIII e XIX, como a *CARTA GEOGRAPHICA DE PROJECCÃO ESPHERICA E ORTOGONAL DA NOVA LUZITANIA ou América Portuguesa e Estado do Brazil* e a *Carta Geral do Império*, resultaram claramente da intervenção e vontade do Estado em conhecer o território do Brasil, envolvendo razões econômicas e questões de limites com território e países limítrofes.

Palavras chaves: Cartografia de Síntese, América Portuguesa, Brasil Império, Cartografia de Limites.

¹COSTA. *Dos roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: Um projeto de cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império*, p. 83-224.

ABSTRACT

The story involving the conquest, occupation and demarcation of the territory of Portuguese America, and later the Empire of Brazil, over nearly four hundred years, is recorded in countless cartographic documents. This set are the ones that can be considered as maps of synthesis. From the study of these documents and the lifting of the key determinants for their productions, it appears that they dated from about the end of the sixteenth, seventeenth, eighteenth and nineteenth centuries, not only bring important information to the knowledge of that history, but to many others involving the advancement of technical knowledge and geographical observed throughout this period. Basement with this information you can also say that private interests guided the mapping initiatives and knowledge of the territory in its first two hundred years of existence, having been gradually replaced by those of the Portuguese Crown and the Imperial Government in the past. Thus, the documents *Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães* and the *MAPA Da maior parte Da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*, respectively produced in the late sixteenth and seventeenth centuries resulted, the first state with some planning, the need for assistance to private interests, ranging from grantees of hereditary captaincy by religious orders such as that of the Jesuits. The documents identified as a synthesis for the eighteenth and nineteenth centuries, as the *CARTA GEOGRAPHICA DE PROJECCÃO ESPHERICA E ORTOGONAL DA NOVA LUZITANIA ou América Portuguesa e Estado do Brazil* and the *Carta Geral do Império*, clearly resulted from the intervention of the State and will know the territory Brazil, involving economic reasons and issues of territory and boundaries with neighboring countries.

Keywords: Maps of Synthesis, Portuguese America, Empire of Brazil.

1. A AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI E A SUA SÍNTESE CARTOGRÁFICA NO ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS DA COSTA: O MAPA DE LUIZ TEIXEIRA

Do último quartel do século XV até o início do XVI, a cosmografia náutica portuguesa havia alcançado um grande desenvolvimento, com a introdução da escala de latitudes, tornando-se a mais importante da Europa. Era o período das grandes conquistas ultramarinas e a esse tempo, buscava-se, principalmente, um correto posicionamento dos acidentes costeiros. Por conta disso, eram os portugueses naquela época, os únicos em condições de promover os grandes descobrimentos, pois também eram os únicos que já navegavam por quase todos os mares e oceanos do mundo.

Graças aos avanços alcançados pela cosmografia, e representados pela utilização de novos equipamentos e técnicas, mas também graças a um bem planejado projeto visando o descobrimento e a conquista das mais importantes rotas de comércio e de territórios no além-mar foi possível aos portugueses alcançarem terras muito longínquas e com alguma segurança. Ao se lançaram ao Atlântico e ao Índico, conquistando territórios e riquezas na África, na Ásia e na América, os portugueses

acabaram por expandir as fronteiras ou os limites geográficos do mundo então conhecido. Mas, além da arte de vencer as dificuldades dos mares e oceanos, que até então conduziam ao desconhecido, os portugueses acabaram por desenvolver a “*arte de traçar cartas geográficas (...) durante os séculos XV e XVI*”, contribuindo de forma decisiva para “*a visão do Mundo que hoje temos*”. As representações que resultaram dessas explorações geográficas, realizadas naquela época ao longo dos litorais de vários continentes, “*permitiram que, pela primeira vez na história da Humanidade, fosse possível ter uma imagem do Mundo muito mais ampla e correcta do que aquela que existira antes*”².

Assim, ao final do século XV, início do XVI, já à época do *achamento* da Ilha de Vera Cruz, depois conhecida como Terra dos Papagaios, Terra de Santa Cruz e finalmente por volta de 1527, denominada Brasil³, pode-se afirmar que os avanços alcançados pela cosmografia portuguesa conduziram a um despertar de interesses em outras nações européias pelos documentos produzidos pelos mestres portugueses de então, sendo que alguns desses passaram com o tempo a prestar serviços para outras casas reais. Esses mapas e outras representações produzidas, principalmente

² GARCIA. *Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal*, p. 37.

ao longo do século XVI, além de trazerem as representações de partes de um mundo ainda desconhecido para muitos, traziam informações preciosas sobre os caminhos para essas terras e sobre suas riquezas, que eram retratadas através de ricas iluminuras. Nos documentos produzidos para o território da América, são frequentes aquelas que retratam aspectos da riqueza da flora, com ênfase para a localização das florestas e processo de extração do pau-brasil, da fauna e dos hábitos e costumes de seus primeiros habitantes.

Apesar de toda essa evolução, foram produzidas poucas cartas e mapas representando o Brasil, no todo ou em partes, ao longo do século XVI e principalmente em sua primeira metade. Nesse período, a Coroa portuguesa manteve uma política de resistência à produção de documentos cartográficos ou à impressão dos mesmos, sempre por motivos estratégicos, considerando que os seus territórios, em especial o da América do Sul, constituíam alvos constantes da cobiça de outras nações. *Os Franceses entre outros, rapidamente tinham seguido a pista dos navegadores portugueses. Ainda não tinham sido eliminados e já os Holandeses tentavam, por sua vez, implantar-se*⁴.

A partir da análise desses documentos produzidos ao longo do século XVI e mesmo do XVII, depreende-se ainda diferentes orientações para as representações dos territórios portugueses conquistados. Para os do oriente, cuja importância e interesses concentravam-se em cidades ou pequenas áreas com alguma atividade comercial importante, as representações gráficas encarregaram-se de retratar cidades ou as inúmeras fortalezas que garantiam os interesses comerciais de Portugal. Para o

território da América portuguesa, totalmente desconhecido, predominou a produção de documentos cartográficos, mas apenas de suas extensas regiões costeiras. Ao longo de todo esse período foram produzidos documentos que muito raramente trazem a representação de suas vilas e mais raramente ainda informações sobre o seu interior.

O primeiro mapa que traz a representação do território da América portuguesa, conhecido como *Planisfério de Cantino*, contém apenas informações sobre parte da sua costa, refletindo a cartografia da época, que se baseava em informações obtidas através das explorações geográficas ao longo do litoral, como a de Vasco da Gama, em 1497, de Pedro Álvares Cabral, em 1500, e por uma outra expedição enviada ao território de Santa Cruz, em 1501, com a missão de percorrer todo o seu litoral. Aventa-se a possibilidade da utilização de informações levantadas através de outras viagens de reconhecimento do Atlântico Sul⁵, anteriores mesmo a de Vasco da Gama.

A partir do planisfério de Cantino e até meados do século XVI, ocorreu um significativo aumento de informações, como se pode observar no mapa de Lopo Homem, o *Terra Brasilis*, produzido em 1519. De meados do XVI e até o final do século XVII, dentre os documentos cartográficos produzidos passaram a ter grande importância aqueles que faziam parte dos famosos atlas, preparados e várias vezes reeditados pelas famílias de cosmógrafos⁶, como as dos Reineis (Pedro e Jorge) e dos Homens (Lopo, Diogo e André). Além destas existiram a dos Teixeiras (Pero, Fernandes, Marcos, Luís Teixeira, Domingos Teixeira, João Teixeira Albernaz I, Pêro de Lemos, Pedro Teixeira

³ Antes de ser dado à terra, o nome BRASIL foi dado a um rio, por causa do pau de tinta e que aparece no Planisfério de Cantino (1502), onde a terra recebeu o nome de VERA CRUZ, assim como no Planisfério de Canerio, de 1505. Na cartografia atual, este rio corresponde muito provavelmente ao Rio Pitanga, que deságua no mar próximo a Porto Seguro. No mapa de Waldseemüller de 1507, aparece o RIO DE BRASIL e aparece pela primeira vez o nome América. Em 1511 a América do Sul aparece pela primeira vez em um mapa com o nome de BRASIL, no Planisfério de Jerônimo Marini. No Mapa de Waldseemüller de 1516 aparece BRASÍLIA SIVE TERRA PAPAGALLI; ou TERRA DOS PAPAGAIOS. Em 1519 no mapa de Vesconte di Maiollo aparece SANTA CRUZ, mas no de 1527 já aparece: TERRA SANCTE CRUCIS DE LO BRASILE. Data de 1530 o primeiro documento oficial com o nome BRASIL, que aparece no mapa de Baptista Agnese, de 1536 como BRAZIL e no mapa de Sebastião Munster, de 1540, como BRAZIL SIVE NOVUS ORBIS. Até meados do século XVI ainda aparecem nos documentos cartográficos as designações: MUNDUS NOVUS, NOVUS ORBIS, TERRA SANTAE CRUCIS; RÉGIO BRAZILIS, TERRA INCÓGNITA. No Atlas de Lázaro Luiz de 1563 aparece BRASILL. Nesta época, alguns cronistas e cosmógrafos explicavam a mudança de nome “às artes do demônio, cioso de riscar dos mapas o nome da Cruz”. BARROSO. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. p. 13-21.

⁴ MARCADÉ. *O Quadro Internacional e Imperial*. In: MAURO. *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*, p. 20.

⁵ FERNANDES. *O enigma do pau-brasil*, p. 98.

⁶ Em correspondência enviada a Francisco Adolfo Varnhagen, em 8 de dezembro de 1839, o Visconde de Santarém comunica a criação da palavra Cartografia. Somente a partir de então, passaram os fazedores de cartas a serem chamados de cartógrafos.

Albernaz e João Teixeira Albernaz II), dos Sanches (Domingos e António) e dos Mirandas (António e José da Costa)⁷.

Coincidindo com o fim da era dos grandes descobrimentos, quando então a terra, ficou conhecida quase da forma como a conhecemos atualmente, mas ainda refletindo a cartografia portuguesa do século XVI, que privilegiava o levantamento costeiro dos territórios, foi produzido em 1573 para alguns⁸ ou em algum momento entre 1582 e 1585⁹, já em pleno domínio filipino, um documento cartográfico, que contém a síntese do conhecimento a cerca do território da América portuguesa em fins do século XVI. O documento em questão traz uma detalhada descrição do litoral do Brasil e por conta disso recebeu a denominação: *Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Mandado executar pelo Governador Geral do Estado do Brasil, Luís de Brito de Almeida, coube a Luís Teixeira a tarefa. Do documento consta uma carta que traz representada toda a costa da América do Sul, desde os 3 graus de latitude norte, do delta do Amazonas até o estreito de Magalhães. Nessa carta encontram-se ainda representadas as demarcações das capitânicas dona-tárias e da única capitania real e a linha de delimitação das terras de Portugal e Espanha, segundo o disposto no Tratado de Tordesilhas. A carta tem a seguinte legenda:

A terra do Brasil he a que parte a linha vermelha desta do Peru a qual linha he a demarcação que os Reis de Castela os católicos, dom Fernando e dona Isabel e el-Rei D. João 2º. de Portugal fizeram no descobrimento geral. As capitânicas que vão repartidas por linhas vermelhas são mercês que os Reis de Portugal dom Manuel e dom João seu filho o terceiro deste nome fizeram a homens que muito bem os serviram no descobrimento e conquista das Índias Orientais. A que diz de Sua Magestade foi de Francisco Pereira Reimão que morrendo e ficando sem

herdeiro ficou à coroa, nesta está toda a Baía de Todos-os-Santos e cidade do Salvador onde assiste o governador e Bispo. Todas as mais são vilas excepto a cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro capitania de Pero de Góis a qual cidade foi tomada dos franceses pelo governador Mem de Sá. As melhores e mais ricas destas capitânicas são a de sua Magestade e a de Jorge de Albuquerque. Estas são as que mais engenhos tem de açúcar e assim têm mais trato de mercadores. Tem cada uma destas capitânicas pela costa do mar, 50 léguas e para o sertão, tanto até chegar à linha da demarcação como na repartição delas se vê. He povoada esta terra do Brasil toda de portugueses quanto dizem as capitânicas e somente à costa do mar e quando muito 15, 20 léguas pelo sertão é muito povoada do gentio da terra tem muitos mantimentos, em partes dela há ouro assim de minas como de lavagens.¹⁰

2. A CARTOGRAFIA DA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII ATÉ O FINAL DO PRIMEIRO QUARTEL DO XVIII: O “MAPA EXTRAÍDO” DO ORIGINAL DO PADRE COCLEO

Como já mencionado, a cartografia da América portuguesa na primeira metade do século XVII, pode ser identificada como sendo a cartografia dos atlas, principalmente aqueles produzidos pela família Albernaz. Esse domínio alcança o ano de 1675, com destaque para o Atlas de João Teixeira Albernaz II, neto de Albernaz, intitulado: *Livro de toda a costa da Província Santa Cruz, feito por João Teixeira Albernaz. Anno de 1666*. Seguindo os passos do avô, Albernaz II produziu um Atlas constituído de 30 cartas levemente aquareladas, primorosamente iluminado, mas sem o estilo cartográfico e riqueza de detalhes dos atlas anteriores, como pode ser constatado a partir da análise das suas respectivas cartas gerais. A *Carta Geral* de seu atlas não traz a Linha de Tordesilhas e nenhum dos marcos delimitadores do território. Algumas das cartas trazem informações importantes referentes ao período posterior a 1640, como a que retrata a situação de Olinda e Recife

⁷ GARCIA. *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, p. 39.

⁸ GARCIA. *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, p. 93.

⁹ COSTA. *Roteiro de todos os sinaes... Leitura, introdução e notas de*. Edição Fac-Simile, 1988.

¹⁰ COSTA. *Roteiro de todos os sinaes... Leitura, introdução e notas de*. Edição Fac-Simile, 1988.



Fig. 1 - Roteiro de todos os sinais conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães. O mapa, produzido por Luís Teixeira, entre 1582 e 1585, constitui a mais detalhada representação da costa da América portuguesa, do último quartel do século XVI [Biblioteca da Ajuda] e é reflexo dos paradigmas desse tempo. Atendendo principalmente a interesses de donatários de capitâncias hereditárias, pode ser considerado como uma primeira tentativa de conhecimento do território por parte do Governo do Estado do Brasil.

intitulada: *Aparencia de Pernambuco*, com informações sobre a presença dos holandeses naquela região, através da representação das suas construções. Com detalhadas informações sobre o litoral e nenhuma informação sobre o interior do território os documentos não fazem nenhuma menção à divisão da América portuguesa em

seus estados: o do Brasil e o do Maranhão. Em outros documentos, como os levantados por Joan Blaeu e por Joannes Janssonius, em 1630 e 1646 respectivamente, encontram-se representadas apenas as capitâncias do Estado do Brasil e nenhuma referência é feita ao Estado do Maranhão e às suas divisões.

Em sequência ao período dos atlas, produzidos com frequência a partir de informações repassadas por pilotos e outros viajantes, e reproduzindo conhecimentos adquiridos ainda em fins do XVI, ou início do XVII, o período entre fins do século XVII, até meados do primeiro quartel do XVIII, pode ser caracterizado pela produção de documentos por sertanistas, bandeirantes ou por engenheiros militares das capitânicas, que lançaram suas observações sobre folhas de papel de baixa qualidade, envolvendo traçados à pena e a lápis. Esses documentos, que integram o conjunto denominado *Cartas Sertanistas*, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sintetizam o conhecimento, mas apenas para parte do território central da América portuguesa, também conhecida como das Minas.

Como síntese do conhecimento de todo o território da América portuguesa, obtido até fins do século XVII, ou mesmo até o início do XVIII, poderia ser citado o mapa [*Carta da Costa e Sertão do Brasil*], preparado pelo Padre Jacobo Cocleo. Identificado como referência para um período, caracterizado como o do reconhecimento, avanço e ocupação da porção oeste do território português na América, o documento também trazia a representação de boa parte da região costeira do Estado do Maranhão e do Estado do Brasil.

Jesuíta, Cocleo¹¹ era francês de Moronvillers. Embarcou em Lisboa para a Missão do Maranhão em 1660, mas acabou permanecendo na Província do Brasil, no Estado do Brasil. Trabalhou na Missão do Ceará entre 1662 e 1671, retornando a Pernambuco. Foi reitor do colégio do Rio de Janeiro e faleceu na Bahia, em 1710.

Raras informações, e às vezes conflitantes, sobre esse importante documento, de paradeiro desconhecido, encontram-se registradas em correspondências coevas. Em 1704¹², em correspondências trocadas entre D. Rodrigo da Costa, Governador do Estado do Brasil, e o rei de Portugal, e que tratam de problemas envolvendo a atuação de religiosos na região das minas, e da necessidade de se verificar

quaes são as Capitânicas sujeitas a jurisdição e demarcação desse Governo, e da mesma maneira as que pertencem ao do Rio de Janeiro, encontram-se referências ao mapa do Padre Cocleo. Na *Carta* encaminhada a D. Rodrigo, em 26 de janeiro de 1704, o rei necessitando *saber o districto de cada uma das Dioceses desse Estado; (...) para cada um saber até onde chega a sua jurisdição, e obrigação (...) ordena ao governador: (...) examineis pela Secretaria deste Estado, ou na Provedoria da Fazenda (em razão da arrecadação de dízimos) e feito este exame remettaes o que achardes sobre elle ao meu Conselho Ultramarino valendo-vos também do Padre Jacobo Cocleo da Companhia de Jesus, que em algum tempo fez com grande estudo, e trabalho descrição de todas as Capitânicas desse Estado*¹³. Em sua resposta, D. Rodrigo informa sobre as capitânicas que se encontravam sob o *Governo Geral da parte do Sul* e ao respectivo Arcebispado, *na forma que declara o Padre Jacobo Cocleo da Companhia de Jesus no papel que com esta remetto de quem me vali, para poder dar a Vossa Magestade individualmente esta noticia: a que achei na Provedoria-mor deste Estado, será também presente a Vossa Magestade pela informação inclusa do Procurador-mor delle e para melhor clareza deve Vossa Magestade informar-se do Governador, e Capitão Geral, que foi deste Estado D. João de Lancastro, que tem o mappa desta Capitania, e da maior parte do mesmo Estado feito pelo dito Padre Cocleo: Vossa Magestade ordenará o que for servido. A Real Pessoa de Vossa Magestade guarde Nosso Senhor como seus Vassallos havemos mister. Bahia e Julho 29 de 1704.*

Quase cem anos após, em um manuscrito intitulado: *Recopilação de Noticias Brasilicas Contidas em tres Cartas Escriptas da Cidade da Bahia por hum a outro Amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, notificando-o das Capitânicas de Pernambuco e Goyas, e terminando finalmente com a recopilação de alguns pensamentos políticos applicados em parte as Colônias*

¹¹ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. VIII, Escritores, p. 160.

¹² Francisco José Corrêa Martins também menciona esta carta datada de 29 de julho de 1704, na qual D. Rodrigo da Costa, governador da Bahia entre 1702 e 1705, menciona, que seu antecessor, D. João de Lancastre (1690 – 1702), “tem este mapa”. In: MARTINS. *Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército*, p. 5.

¹³ Padre Cocleo. *Documentos Históricos da BN*, vol. XXXIV – 1936, p.257-258.

Portuguezas no Brasil. Feita, e ordenada para servir na parte que convier de Elementos para a Historia Brasílica; acompanhada de huma Coleção de Plantas Geograficas, e Topograficas, que AO Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Dom Rodrigo de Souza Coutinho Do Conselho de Estado, Ministro Secretario de Estado da Repartição da Fazenda, Presidente do Real Erário e nelle Lugar Tenente do Príncipe Regente, Nosso Senhor, “oferecido e dedicado” por Luiz dos Santos Vilhena, no ano de 1802, o autor, que assina como Amador Veríssimo de Aleteia, traz na Carta Terceira, ou na 24^a. Carta¹⁴ suas Breves noçoens Geograficas do Principado do Brasil, que contem a recopilção de alguns pensamentos políticos applicados em parte das Colonias Portuguezas no Estado do Brazil¹⁵, com algumas informações sobre o trabalho do Padre Cocleo.

No anno de 1710 fez o Padre Jacob Cocleo da mesma Companhia de Jesus huma planta de toda a Costa do Brasil, e a qual não existe mais que copias de algumas paragens, que curiosos copiarão para sua instrução ou recreio, do todo desta planta que por negligência se deixou perder no Hospício dos Babonicos Italianos desta Cidade da Bahia¹⁶.

(...) Não deixa de ser [sensível] a perda da referida planta do Padre Cocleo por comprehender, não só a costa toda do Brasil, como os territórios adjacentes a ella, da boca do Rio da Prata até aquella do Amazonas¹⁷.

Com base na carta de D. Rodrigo, pelo menos parte ou grande parte do Mapa do Padre Cocleo, já estaria pronta entre o final do século XVII e o início do XVIII (c. 1700). Por outro lado, com base na carta de Vilhena, para quem o mapa perdeu-se em um dos conventos de Salvador, o mapa, iniciado anteriormente, pode ter sido terminado até 1710, considerando este como um limite máximo, pois este foi o ano da morte do Padre Cocleo. Certo é que o documento

foi produzido no período em que as atenções voltaram-se para a parte central do território da América portuguesa e em função da descoberta das minas de ouro.

Ainda que seu paradeiro seja desconhecido, não existem dúvidas à cerca da existência desse documento síntese, pois além das referências textuais encontradas, a partir dele foram retiradas ou copiadas informações para a preparação de um outro documento, atualmente sob a guarda do AHEX e intitulado: *MAPA Da maior parte Da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*. Este último, sem autoria e sem data, está delimitado à leste pela Linha de Tordesilhas e traz, a norte, a representação de parte do Estado do Maranhão, alcançando a porção sul do Estado do Brasil, representada pela região sul de Santa Catarina. Traz também a representação dos principais caminhos para as minas, a partir de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia, cujos traçados já eram conhecidos nos primeiros anos do século XVIII, e, portanto, poderiam já fazer parte do documento original do Padre Cocleo. Do conjunto, encontra-se destacado o *Caminho novo do gado*, que partia de Paraty, atravessava os rios Paraíba do Sul e das Mortes e seguia em direção noroeste. Em parte, seu traçado corresponde ao do *Caminho do Sertão*, também conhecido como *Caminho de São Paulo para as minas* ou ainda como *Caminho Velho*. Após a região central das minas, esse caminho novo do gado atravessava o Rio São Francisco nas proximidades da foz do rio das Velhas e a partir daí seguia em direção norte, cortando ou passando pelas cabeceiras de afluentes da margem esquerda do São Francisco. Por esse caminho e logo após Vila Rica, podia-se tomar o rumo da capital da Colônia, à época Cidade da Bahia, por uma via de percurso mais curto e conhecida como *Caminho de João Gonçalves do Prado*, igualmente representada no mapa. Neste documento, encontram-se também representados os traçados do *Caminho do Mestre de Campo Mathias Cardozo*, do *Caminho de*

¹⁴ Em 1802, Luiz dos Santos Vilhena, escreveu um total de 24 cartas, que compõem um documento manuscrito que contem mapas e plantas. Dedicado ao *Poderoso Senhor Dom João*, foi por este oferecido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares.

¹⁵ Na parte do documento *Recopilção de Noticias Brasílicas Contidas em tres Cartas Escriptas da Cidade da Bahia (...)*, pertencente à BN e que trata da *Carta Terceira*, ou 24^a., da página 81f até a 136f, as *Breves noçoens* iniciam-se na página 87v e terminam na 136f.

¹⁶ *Ibidem*, p. 88f.

¹⁷ *Ibidem*, p. 88v.

Garcia Roiz para as minas ou *Caminho Novo*, terminado por volta de 1702, do *Caminho do Rio das Contas* e do *Caminho de Simoens da Picada*.

Entre acidentes geográficos, localizações e outras anotações destacam-se no mapa: *Serra da Mantiqueira*, *Serra dos Órgãos*, *Monte Pascoal*, *Lagoa Feia*, *Serra de minerais*, *Serra das turmalinas*, *Rio Giquitinhonha*, *Rio das Mortes*, *Rio Paraíba do Sul*, *Nascença do Rio de S. Franc.º*, *Rio Grande vai a dar em Paraná e juntam em Buenos Aires*, *Serro do Frio*, *Cabo Frio*, *Vila Rica*, *Abrolhos*, *Rio de Janeiro*, *S. Paulo*, *Inhomirim*, *Magé*, *Minas do Rio das Velhas*, *Aqui há muito ouro, mas houve muita peste* e *Morro q' vai ao Sol*.

Com relação à data em que foi produzido este último documento e que tem por base o mapa do Padre Cocleo, as anotações presentes no mesmo, podem fornecer importantes subsídios. Anotações relacionadas com fatos ocorridos em datas anteriores a 1700, tais como: *Minas Achadas em 1690*; *Minas achadas em 1699*, em área próxima às cabeceiras do *Rio Paraigpeba* (atual Paraopeba); e *Minas grandes achadas em 1694*, devem, com quase toda certeza, ter sido lançadas pelo próprio Cocleo, ficando, no entanto, alguma dúvida, pois poderiam ter sido acrescentadas pelo autor do mapa extraído, em data posterior a da morte do Padre Cocleo. Outras anotações como a observada por Martins¹⁸: *Na Pederneira deraõ os Tapuias e matareaõ 10 pessoas em Junho de 1704*, e que aparece a leste do alto curso do rio Itapicuru grande, identificado pelo citado autor como sendo o atual rio Itapecuru, no sul do Maranhão, e que apresenta datas posteriores à da carta de D. Rodrigo, de janeiro de 1704, tanto podem ter sido lançadas pelo próprio Cocleo, quanto pelo autor da cópia.

Considerando as observações de Renger e Machado¹⁹, que chamam a atenção para a presença dos nomes Vila Rica e Vila do Rio das Contas²⁰, localizadas no mapa extraído e que correspondem a vilas criadas somente em 1711 e 1724, portanto após a morte do Padre Cocleo,

tem-se a certeza de que estas anotações foram lançadas pelo autor do documento em parte extraído. Assim sendo, a data de 1724, pode ser considerada como sendo a mais antiga possível para a preparação do documento extraído do Mapa do Padre Cocleo.

Cópia ou em parte extraído do mapa do Padre Cocleo, este último documento (c.1724), ainda que contenha apenas parte do território, constitui o único com a representação da América portuguesa no período e pode ser considerado como sendo o documento que sintetiza todo o conhecimento levantado, por pilotos, sertanistas, bandeirantes e engenheiros militares das capitânicas, até fins do primeiro quartel do século XVIII.

3. O SÉCULO XVIII, O PROJETO DO ATLAS DA AMÉRICA PORTUGUESA E A SUA CONSOLIDAÇÃO NO INÍCIO DO XIX – O MAPA DE PONTES LEME

Na América portuguesa os últimos anos do século XVII foram caracterizados pelas entradas e bandeiras. Motivadas pela procura das minas de ouro e das pedras preciosas, as bandeiras deslocaram-se a partir de São Paulo em direção aos sertões e foram fortemente incentivadas pelo governo de Lisboa e em especial por D. Pedro II, a esta época rei de Portugal. Em contrapartida, o século XVIII iniciou-se com uma nova estratégia por parte da Coroa. Considerando o crescente número de descobertas de minas de ouro e de diamantes era preciso dar andamento a um projeto, visando a produção de um atlas, que possibilitasse um melhor conhecimento do território e o levantamento de informações que também permitissem uma maior participação do Estado no seu processo administrativo, incluindo o resgate das capitânicas donatárias.

3.1 O Projeto do Atlas

Se ao longo dos primeiros duzentos anos de domínio português na América, a produção de documentos cartográficos assinalando o

¹⁸ MARTINS. *Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército*, p.7.

¹⁹ RENGER & MACHADO. *Do descobrimento do ouro à criação das vilas na Cartografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Anais do ISLBCH.

²⁰ RENGER & MACHADO. *Do descobrimento do ouro à criação das vilas na Cartografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Anais do ISLBCH.



Fig. 2 - MAPA da maior parte da Costa, e Sertão, do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo [s.a.] [c.1724]. Representa a síntese do conhecimento em fins do século XVII até o início do XVIII. Destaca-se do mapa anterior por já apresentar informações sobre o interior do território. O documento é manuscrito, colorido à mão, e apresenta legenda explicativa para: Catedrais, Igrejas e Capelas; Fazendas e Caminhos. Suas dimensões aproximadas são: 120,5 x 224 cm. Apresenta três escalas, em *Legoas Portugz^{as}*, 18 por grão; *Legoas Espanicas*, 17 por grão e *Legoas Francezas*, 20 por grão (Escala aprox²¹. 1: 1.480.000, sendo a projeção do tipo Mercator). A área representada está delimitada entre 333° e 350° de longitude, referidos a partir do meridiano da margem ocidental da Ilha do Ferro, e entre os paralelos de 2° a 30° de latitude sul. Não apresenta malha reticular. [AHEx – Fotografia: Jaime Acioli].

conhecimento do território envolveu com maior frequência iniciativas de caráter privado e apenas algumas por determinação oficial, no século XVIII, os levantamentos foram, praticamente, todos demandados pelo Estado e tinham por objetivo maior a cartografia do interior do território. Assim, *se a primeira expansão marítima de Portugal se tinha apoiado sobre a personagem-tipo do piloto cosmopolita, a expansão terrestre do Brasil [no século XVIII] assentou na tarefa imprescindível do engenheiro-cartógrafo*²².

De fato, já a partir de meados do século XVII, a construção de fortificações, a organização de serviços públicos e o levantamento de itinerários e de cartas, visando a conquista e a ocupação dos sertões nos territórios portugueses

na América, bem como o estabelecimento de limites com o território da Coroa espanhola passaram, progressivamente, a constituir atividades sob a responsabilidade da Engenharia Militar portuguesa. No entanto, pela ausência de pessoal com formação adequada ao desempenho dessas funções, foi necessário sempre contar com a colaboração de inúmeros especialistas estrangeiros, civis ou pertencentes a diferentes ordens religiosas. Assim sendo, somente a partir do século XVIII²³, é que a Engenharia Militar em Portugal passou a ser considerada como uma Corporação, contrastando em muito com a situação vivenciada ao longo dos Seiscentos, quando especialistas estrangeiros como o jesuíta holandês Cosmander, o italiano Turriano, ou ainda o alemão Pfeill eram os engenheiros

²¹ MARTINS. *Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército*, p.5-6.

²² Jaime Cortesão *apud* DAVEAU. *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, p. 31.

²³ TAVARES. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*, p. 22

encarregados das construções militares em Portugal e em seus territórios no ultramar.

Pela necessidade de um melhor conhecimento do território e para evitar ter que continuar a recorrer aos serviços de estrangeiros, muitas vezes mercenários, foram tomadas inúmeras providências durante o reinado de D. João V, de 1706 até 1750, verificando-se um grande avanço em Portugal nas áreas do ensino e da aplicação de técnicas relacionadas com a engenharia militar e com os levantamentos cartográficos. Esse avanço teve início com a fundação da Real Academia de História de Lisboa, em 1720. Esperava-se de seus membros não apenas a compilação da gigantesca história de Portugal e de suas possessões, principalmente a eclesiástica e a política, mas também a produção de material geográfico, etnográfico e de história natural. Em seguida, através do decreto de 29 de Dezembro de 1721, válido para Portugal e suas colônias, passaram a ser considerados engenheiros todos os oficiais de uma das companhias de cada regimento de infantaria e pelo decreto de 24 de dezembro de 1732, foram criadas inúmeras academias militares, dando andamento ao antigo projeto de formação de engenheiros.

No período compreendido entre a publicação do *Tratado do Modo o mais Fácil, e o mais Exato de Fazer as Cartas Geográficas*, em 1722 e a publicação do *O Engenheiro Portuguez*, em 1729, foi desenvolvida a fase inicial do Projeto do Atlas, envolvendo a preparação de recursos humanos e de infraestrutura, através das seguintes ações: - contratação e treinamento dos Padres Matemáticos, da Companhia de Jesus, pois estes não tinham experiência para a realização de trabalhos de campo; - instalação de observatórios astronômicos em Lisboa, no Colégio de Santo Antão e no Paço da Ribeira e realização de observações astronômicas, acompanhando os avanços da astronomia já alcançados em outros países da Europa, sendo que a primeira observação foi efetuada em 1724, por Carbone e Capassi; - aquisição de instrumentos científicos na Inglaterra, na Holanda, na França e na Itália (óculos, relógios de pêndulo, telescópios de reflexão, micrômetros, barômetros, sextantes e quadrantes); - compra de diversos livros de astronomia, como as obras do astrônomo inglês

John Flamsteed, o Tratado de Nicholas Bion sobre o uso de instrumentos matemáticos, as obras de Isaac Newton e outros.

Tomada a decisão do envio dos jesuítas matemáticos para o Brasil, teve início a segunda fase do projeto visando a produção de documentos cartográficos. Eles deixaram Lisboa em 19 de outubro de 1729 e chegaram ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730. Das intenções iniciais, faziam parte levantamentos cartográficos de norte a sul do território. De forma pragmática estes levantamentos acabaram se desenvolvendo segundo uma política voltada para o conhecimento e a conquista dos sertões e a localização das áreas de extração de bens minerais, com ênfase para a cartografia de delimitação das capitanias e preparatória para os tratados de limites entre Portugal e Espanha.

Chegando ao Brasil, os padres iniciaram suas atividades procurando levantar todos os documentos cartográficos existentes. Em 04 de julho de 1730, Diogo Soares encaminhou correspondência a D. João V, justificando por onde dariam início ao trabalho:

Senhor – Cumprindo as instruções de V. Magestade, que deixam no nosso arbítrio a eleição do lugar por onde demos princípio às novas cartas de toda esta América, julgamos por mais conveniente e justo fosse esta Capitania a que tivesse o primeiro lugar nesta factura, assim por ser a primeira que nos hospedou neste Brasil, como por ser precisa nela esta demora, não só para esperarmos os instrumentos que nos faltam, mas para vermos também se nos davam lugar as noutes (...) a fazermos algumas observações; mas como estas já desde o princípio de Maio o permitiram, julgo que por todo o Setembro entraremos às Minas Geraes (...)

Na mesma Carta, relata ainda Diogo Soares: *ter já junto uma grande cópia de Notícias, vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de S. Paulo, e Cuiabá, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras a fim de dar princípio a alguma carta; porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes, de toda esta costa, se não falham as nossas observações, as quais determinamos*

*ratificar antes que deixemos este Rio, passando a cabo Frio*²⁴.

A execução do projeto de campo com a produção da cartografia dos sertões, da delimitação das capitanias e aquela necessária e preparatória para os tratados de limites entre Portugal e Espanha, ocorreu no período de 1730 a 1748. A Capassi coube mais o levantamento dos dados astronômicos, enquanto a Diogo Soares resolver as questões ligadas às ciências naturais e geográficas. Apesar de muitas das determinações de latitudes e de longitudes dos chamados Padres Matemáticos terem sido refeitas ao longo da segunda metade do século XVIII, a eles deve-se o seu primeiro levantamento para boa parte do território²⁵.

Com a ocupação dos sertões e passadas todas as tratativas em torno das definições dos limites entre os territórios português e espanhol na América, com as assinaturas de diversos tratados ao longo da segunda metade do século XVIII, ocorreram os últimos ajustes nessa cartografia setecentista, ou também conhecida como Cartografia dos Sertões e dos Limites, com a produção final de mapas representando o território da América portuguesa com uma configuração muito próxima com a do atual território brasileiro.

Do segundo quartel do século XVIII até meados do primeiro do XIX, a cartografia da América portuguesa passou por duas fases, todas elas determinadas pela falta de significado da Linha de Tordesilhas, que separava apenas no papel os territórios portugueses e espanhóis na América. Os documentos da primeira foram importantes para as assinaturas dos acordos e os da segunda cuidaram de registrar com detalhe e consolidar os limites quase definitivos entre os territórios de Portugal e Espanha. As assinaturas de diversos tratados: de Madrid, em 1750, de El Pardo, em 1761, em função da anulação do de Madrid e por último de Santo Ildefonso, de 1777, que garantia a “harmonia perpétua” entre as cortes portuguesa e espanhola, bem como as atividades de diferentes Comissões de Demarcação, marcaram de vez essa cartografia

e garantiram aos luso-brasileiros ganhos territoriais significativos.

Nos anos que se seguiram ao descobrimento do Brasil, apesar da divisão fixada pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, inúmeras foram as tentativas para o estabelecimento de novos limites entre as terras descobertas por Portugal e Espanha na América. A partir de então, e ao longo dos trezentos anos seguintes, a despeito de várias iniciativas, prevaleceram critérios tais como as regras do *uti possidetis* e das fronteiras naturais para dar limites aos vastos territórios das colônias da América do Sul.²⁶ Os documentos cartográficos tiveram grande importância e não foram poucos os ensaios para fazer com que a *terra brasilis* se expandisse para oeste, por exemplo, até bem além do Rio da Prata, através de falsificações cartográficas que deslocavam para leste pontos importantes como o Cabo de Santo Agostinho.²⁷ De todos os acordos, o *Tratado de Limites de Madrid*, firmado em 1750, garantia à Coroa portuguesa direitos sobre territórios na bacia do Amazonas em função do “*uti possidetis*” exercido por religiosos de diferentes ordens e por desbravadores, quase sempre portugueses. Em troca, os portugueses ficavam obrigados a devolver territórios na bacia do Prata, abandonando de vez a Colônia do Sacramento, mas recebendo de volta o território das missões jesuíticas, conhecido como Sete Povos das Missões.

Com a morte de D. José I, em 1777, surgiu, agora do lado português, novo momento para ajustes nos limites entre as duas Coroas na América, tal foi o efeito da política de reação ao pombalismo imposta por D. Maria I, que contou com o apoio da viúva de D. José I, D. Mariana Vitória, irmã do monarca espanhol, Carlos III.

Assim, o *Tratado de Santo Ildefonso* de 1777, ou *Tratado Preliminar de Limites*, foi assinado em 1º de setembro, visando finalmente estabelecer uma perpétua harmonia entre as Cortes, mantendo-se os princípios do *Tratado de Limites de Madrid*. Foi ratificado em 10 e 11 de outubro de 1777 e os termos definitivos foram assinados em 11 de março de 1778, em

²⁴ LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T. IX, Apêndice D, p. 393.

²⁵ MORAIS. *A Astronomia no Brasil*. In: AZEVEDO. *As Ciências no Brasil*. Cap. II, p. 104.

²⁶ CORTESÃO. *História do Brasil nos velhos mapas*, tomo II, 1965/71, p.250-251.

²⁷ GUEDES. *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, 1997, p.10.

El Pardo. Esse tratado estabeleceu novos limites no sul, mas conservou, basicamente, as mesmas fronteiras do *Tratado de Limites de Madrid* no restante do território da América portuguesa.

Para o seu cumprimento foram nomeadas quatro comissões mistas demarcadoras constituídas por dois comissários, dois engenheiros e dois astrônomos, além de dois práticos do país²⁸. Dos engenheiros e astrônomos luso-brasileiros que fizeram parte dessas comissões destaca-se o astrônomo brasileiro, António Pires da Silva Pontes Leme, natural de Mariana, em Minas Gerais e formado em Coimbra.

Já em fins do século XVIII, e consideradas as necessidades de se concentrarem as atenções e esforços nas regiões das minas e de fronteira, ficava eliminada qualquer possibilidade de conclusão do projeto inicial de D. João V ou o do Atlas da América portuguesa, que teria sido assim a síntese do conhecimento desse território.

Nesse sentido, o mapa de António Pires da Silva Pontes, produzido em 1798, embora ainda com referência à divisão do território português em dois estados, o do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, constitui o documento que mais se aproximaria do projeto do Atlas da América portuguesa, tão sonhado por D. João V e pode ainda ser entendido como sendo a síntese de todo o conhecimento sobre este território ao final dos Setecentos, assim como o do Padre Cocleo está para o final do século XVII. O documento traz uma extensa nota explicativa e nesta figuram todos os nomes de engenheiros, geógrafos e de outros notáveis que estiveram direta ou indiretamente envolvidos com a elaboração da carta. Assim como Silva Pontes, quase todos os demais envolvidos, participaram das partidas de demarcação de limites, no norte ou no sul do território da América portuguesa.

Do mapa, que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, consta um sóbrio cartucho encimado pela coroa portuguesa e que contem a seguinte inscrição ou título: “A SUA ALTEZA REAL O PRINCIPE DO BRAZIL D. JOAO NOSSO SENHOR DEDICA A CARTA GEOGRAPHICA DE PROJECÇÃO ESPHERICA E ORTOGONAL DA NOVA LUZITANIA ou América Portuguesa e Estado do Brazil

Antonio Pires da Silva Pontes Leme, Capitão de Fragata, Astrônomo, e Geógrafo de SUA Magestade nas Demarcações de Limites, que em execução da ORDEM Do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Ministro e Secretario de Estado da Repartição da Marinha, e Dominios Ultramarinos o S.^r D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO, graduou nos seus verdadeiros pontos de Longitude, e Latitude pelas Observações Astronomicas da Costa, e do Interior, recopiladas nesta, tanto as propria Configurações do Continente pelo mesmo Astrônomo, como oitenta e seis Chartas do Depozito da Secretaria de Estado da Marinha, e Desenhada no Gabinete do Real Jardim Botanico de SUA Magestade pellos Desenhadores, Joze Joaquim Freire, e Manoel Tavares da Fonceca. Anno de 1798”. Ainda no mesmo cartucho Pontes Leme lançou uma legenda constituída por símbolos para a identificação de: “Cidades, Vilas, Freguesias, Lugares, Registro, Divisão de Capitania, Caminho, Minas de Ouro, Minas de Ferro”, entre outros. Constatam ainda representações de diversas escalas. Abaixo desse cartucho encontra-se uma relação com nomes de autores de outros documentos consultados por Pontes Leme ou de astrônomos que contribuíram com suas medições para com o mapa de Pontes Leme. Tendo por título: TABOADA DAS AUTORIDADES QUE ABONAÕ ESTA CHARTA, essa relação é iniciada com os nomes dos padres matemáticos jesuítas: Cocleo, Diogo Soares e Domingos Capassi.

Constam ainda quatro pequenas caixas intituladas: Baía de Todos os Santos; TOPOGRAFIA DO RIO GRANDE DE S. PEDRO DO SUL; RIO DE JANEIRO; e BARRADO PARÁ. Nessas caixas encontram-se mapas de detalhe dessas regiões.

4. A CARTOGRAFIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX: AS CARTAS GERAIS DO IMPÉRIO

Os documentos cartográficos referentes ao território da América portuguesa trataram no seu período quinhentista da representação de sua zona costeira. Posteriormente, limitaram-se na sua grande maioria às representações de partes do interior desse território, e muito raramente

²⁸ GUERREIRO. *As demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso de 1777*, p. 44.

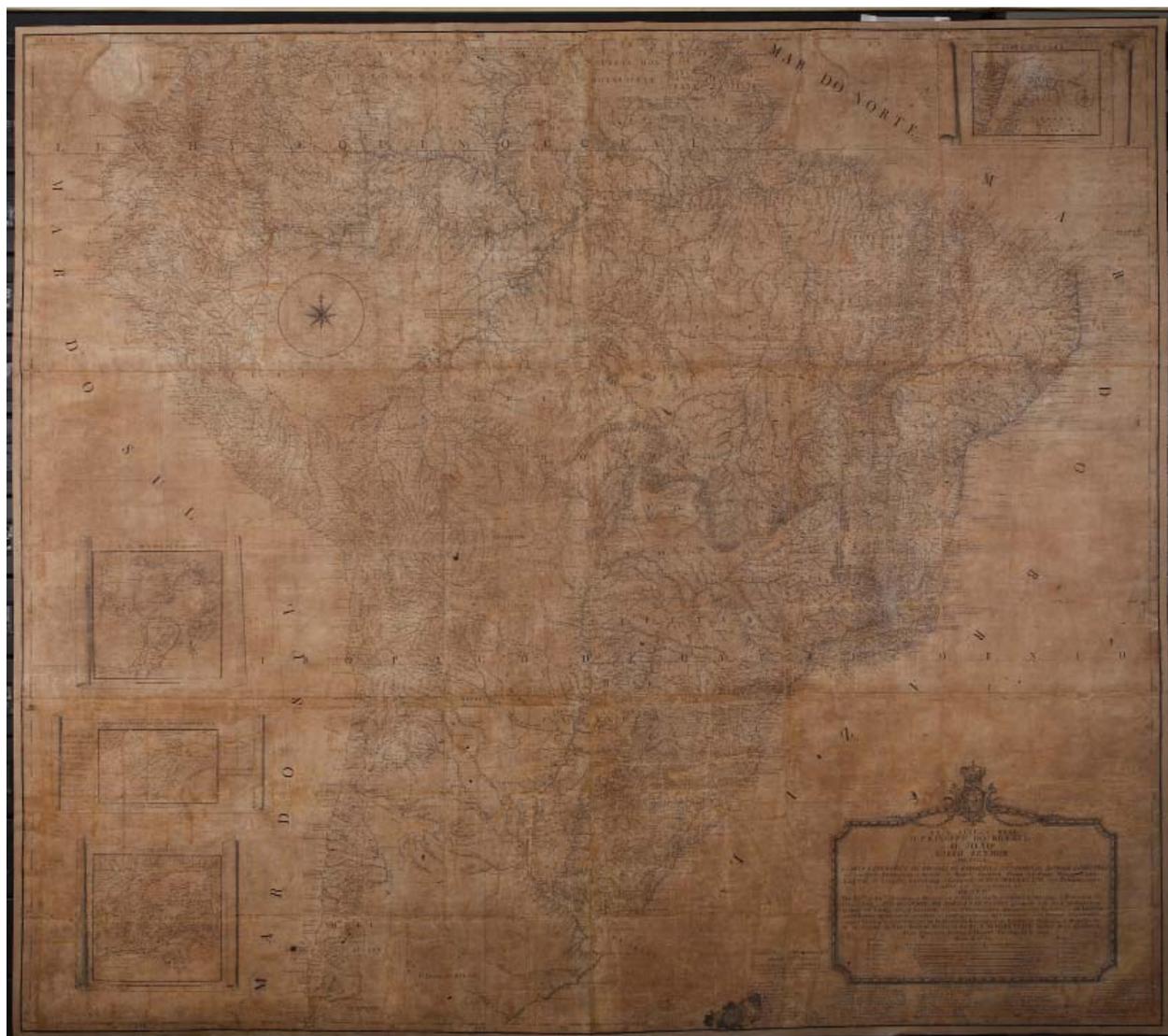


Fig. 3 - O território da América portuguesa no documento setecentista: *CARTA GEOGRAPHICA DE PROJECCÃO ESHERICA E ORTOGONAL DA NOVA LUZITANIA OU AMÉRICA PORTUGUEZA E ESTADO DO BRASIL, de 1798*. Produzida por Antônio Pires da Silva Pontes Leme, traz todos os novos conhecimentos resultantes das Partidas de Demarcação dos tratados de Madrid e de Santo Ildefonso. Com dimensões em torno de 148 x 133 cm, traz relação de fontes consultadas [AHEX – Fotografia: Jaime Acioli].

ao seu todo, como nos casos do Mapa do Padre Cocleo, do *Mapa das Cortes*, de 1750, ou no da *Carta Geographica de Projecção Espherica e Ortogonal da Nova Luzitania*, produzido por Pontes Leme, em 1798.

Nesse período, ênfases foram dadas às cartografias dos limites no sul e na fronteira norte e de algumas regiões, como a das minas. Para estas, localizadas nas regiões sudeste e centro-oeste, foram produzidas inúmeras cartas e mapas, delimitando suas capitanias, representando suas vilas, cidades, redes hidrográficas e as suas respectivas malhas de caminhos terrestres e fluviais. Assim, iniciado o período do Império e o das transformações administrativas por

que passou o Brasil, como o processo de transformação das capitanias e a criação das províncias, eram muitas as áreas do território que não dispunham de uma cartografia regional e muito menos ainda de mapas ou cartas de detalhe. Para além disso, o próprio Império necessitava da sua *Carta* urgentemente.

Buscando contornar dificuldades advindas com a independência, quando o Brasil, assim como Portugal em outros tempos, não dispunha de pessoal qualificado em número suficiente para a produção de mapas, e que em boa parte explicam a pequena produção de documentos cartográficos nos primeiros anos do Brasil Império, optou-se inicialmente pela contratação de mão de obra

estrangeira e pela utilização daquelas cartas e mapas antigos, para o levantamento de dados necessários à atualização e representação dos territórios das províncias e para a construção de uma *Carta do Império do Brasil*. Em um primeiro momento, a utilização indiscriminada desses documentos, alguns nada fidedignos, contribuiu para a produção de cartas e mesmo de Atlas contendo um número muito grande de erros, mas acabou por levar os governos Imperial e provinciais à criação de várias comissões especiais para o levantamento de novos dados e produção de cartas das províncias do Império, como a da *Comissão de Geografia* encarregada da nova *Carta da Província de Minas Gerais*.

4.1 As cartas-síntese do Brasil Império

O primeiro trabalho de avaliação da superfície do Brasil foi realizado durante o Império e pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, do Imperial Corpo de Engenheiros. Os resultados dessa pesquisa, envolvendo dados sobre cada uma das províncias brasileiras, foram apresentados ao Visconde de S. Leopoldo, em 1843. O referido coronel, valendo-se dessas informações, produziu um dos primeiros documentos cartográficos do período imperial, que foi a *CARTA COROGRAPHICA DO IMPERIO DO BRAZIL*, na escala de 1:3.000.000, de 1846. Foi ainda responsável pela produção de cartas para as províncias do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Em 1856 e por ordem do Marquês de Caxias, o mesmo coronel Jacob de Niemeyer produziu a *NOVA CARTA COROGRAPHICA DO IMPERIO DO BRAZIL confeccionada a vista dos trabalhos existentes por ordem do ILL^{mo}. Ex^{mo}. Snr Tenente General MARQUEZ DE CAXIAS (...)*²⁹. Litografada em 1857, foi utilizada para mostrar a linha de fronteira entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Neste caso, os documentos cartográficos produzidos por conta dos tratados de 1750 e de 1777, indicavam uma mesma linha de limite e serviram de base para o levantamento da carta e o estabelecimento definitivo da fronteira entre estes países, cujo primeiro Tratado

de Limites foi assinado em outubro de 1844. Nessa época, Niemeyer foi ainda incumbido de produzir a *Carta Geográfica da Província do Rio de Janeiro*.

Em 1868, Cândido Mendes publicou o primeiro *Atlas do Império do Brasil*. Para tanto recorreu a todas as cartas, mapas e plantas, antigas e modernas, disponíveis em arquivos públicos e particulares. Apesar dos avanços em relação às cartas produzidas anteriormente, o Atlas trazia ainda inúmeros erros, principalmente com relação à localização das linhas de fronteiras com os países vizinhos.

Duarte da Ponte Ribeiro, barão, geógrafo, historiador e fronteiro-mor no Império, questionou em parte o Atlas de Cândido Mendes, reconhecendo no entanto a sua superioridade em relação às cartas anteriores, mas não recomendou que este recebesse a sanção do Governo Imperial. Produziu a sua *Carta do Imperio do Brazil*, em 1873, a partir de uma redução da *NOVA CARTA CHOROGRAPHICA DO IMPERIO DO BRAZIL reduzida pelo Bacharel PEDRO TORQUATO X^o. DE BRITO TENENTE CORONEL DO CORPO D'ENGENHEIROS da que foi confeccionada pelo CORONEL CONRADO JACOB DE NIEMEYER e outros officiais engenheiros em 1856. Gravada na Lith^a. do Arch^o. Militar por Alvaro e Pereira, do dia 3 a 7 de Abril. 1867*. Nesta *Carta* ele apresentou algumas correções da *Carta* de 1846. Duarte Ribeiro produziu ainda documentos que tratam das comissões científicas nomeadas pelo Governo Imperial a partir de 1843 e que até 1876 trabalharam com o objetivo de examinar limites e demarcações da fronteira do Brasil³⁰.

Uma nova *Carta do Imperio do Brazil* foi organizada pela *Comissão da Carta Geral*, coordenada pelo general Henrique de Beaurepaire-Rohan. Os trabalhos tiveram início em 1864 e encerraram-se em 1873. Essa *Carta* apesar de representar a síntese do conhecimento até aquele momento, também continha inúmeros erros.

O MAPA DO SUL DO IMPÉRIO DO BRAZIL e PAIZES LIMITOPHES organizado segundo os trabalhos mais recentes POR ORDEM DE S.EX.O SR. CONSELHEIRO ANTONIO FRANCISCO DE PAULA E SOUZA, (...) PELOS ENGENHEIROS

²⁹ Mapa sob a guarda do AHEx.

³⁰ *Comissões científicas nomeadas pelo Governo Imperial desde 1843 para exame de limites e demarcações da fronteira do Brasil com as Colônias e Estados confinantes*. Rio de Janeiro, Laememrt, 1876. In: RODRIGUES. *Teoria da História do Brasil*. p. 290.

*CIVIS H.L. DOS SANTOS WERNECK E C. KRAUSS*³¹, referenciado pelo Meridiano do Pão Açúcar e produzido em 1865, constitui uma das folhas especiais da *Carta Geral do Império*. Do documento consta uma relação do *MATERIAL APROVEITADO*, envolvendo autores e arquivos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O mapa trata de representar parte dos territórios das províncias de Santa Catharina e do Paraná, seus limites com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o território desta província e os seus limites, ou os limites do Império do Brasil, com o Estado Oriental do Uruguay, com a Confederação Argentina e parte do Paraguai.

Para contornar os equívocos da *Carta do Imperio do Brazil*, de 1873, mas sem apresentar novos dados, foi rapidamente produzida uma outra *Carta do Imperio do Brazil*, de 1875, projetada em escala 1:3.710.220 e que foi apresentada na Exposição da Filadélfia. Para a confecção desta carta foram consultados documentos mais dignos de confiança, como os que faziam parte da coleção de mapas do Barão da Ponte Ribeiro, que disponibilizou o seu arquivo aos trabalhos dos membros da Comissão e contribuiu de forma expressiva com a produção da *Carta* de 1875.

Em 1876 foi criada a *Comissão da Carta-Arquivo* sob a presidência de Beaurepaire-Rohan, tendo como objetivo melhorar a *Carta Geral* de 1873. Tendo por base as cartas de 1873 e 1875, mas considerando apenas documentos confiáveis, foi produzida uma nova *Carta do Imperio do Brazil*, em 1882, na escala de 1:5.000.000. Contribuíram com suas pesquisas e explorações geográficas os administradores da Estrada de Ferro D. Pedro II em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e mais: Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, o senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o Tenente-coronel Pimenta Bueno, o Eng. N. Burlamaque, W. R. Roberto, J. R. de Moraes Jardim, Pimenta Bueno e Souza, M. C. da Silva Neto. A estes, acrescentem-se o Barão Homem de Melo e os seus quarenta anos de estudos dos documentos

cartográficos, o marechal-de-campo Visconde de Beaurepaire-Rohan, Dr. A. Paula Freitas, Olavo Freire e Jaquaribe Gomes de Matos, dentre muitos outros³².

Assim, a *CARTA DO IMPERIO DO BRAZIL. INDICANDO UM PLANO GERAL PARA BASE DA REDE DE VIAÇÃO. Pelo Eng.º Honório Bicalho. Folha do ATLAS DO IMPERIO DO BRAZIL segundo os dados officiaes existentes e outros documentos fornecidos pelo (...) Barão Homem de Mello e (...) Francisco Antonio Pimenta Bueno e pelos mesmos revisto*, produzida em 1882 e reeditada em 1885, além de trazer uma completa relação das províncias do Império e de suas respectivas capitais, com informações novas sobre o Pará, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás e informar o número de habitantes, 9.963.747 e a área do território: 8.307.806 de *Kilometros Quadrados*, constitui o último documento de registro do Brasil Império.

Às vésperas da queda da monarquia e do fim do período imperial, em 20 de outubro de 1887, foi promulgada a Lei no. 3349, que tratava da extinção do Arquivo Militar, que era a Repartição-Central do Imperial Corpo de Engenheiros e criava a Diretoria-Geral de Obras Militares, cujo Regulamento foi baixado pela Princesa Imperial Isabel Regente, em 9 de Janeiro de 1888. Entre as atribuições que lhe foram conferidas constava: *A organização da Carta Geral do Império, coligindo os dados precisos*.

Uma nova carta para o Brasil foi produzida, mas já sob as orientações do novo regime e em um novo século.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos às equipes da Mapoteca do AHEx, da Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional e da Mapoteca do Itamaraty; à FUNDEP e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, pelo auxílio de pesquisa CRA - APQ-02454-08.

³¹ Mapa sob a guarda do AHEx.

³² RODRIGUES. *Teoria da História do Brasil*, p. 290.



Fig. 4 - A carta do Império do Brasil. Produzida ao longo do período imperial, tinha por justificativas mais importantes conferir identidade e oficializar as linhas de fronteiras do império. *NOVA CARTA CHOROGRAPHICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL reduzida pelo Bacharel PEDRO TORQUATO X^o. DE BRITO TENENTE CORONEL DO CORPO D'ENGENHEIROS da que foi confeccionada pelo CORONEL CONRADO JACOB DE NIEMEYER e outros oficiais engenheiros em 1856. Gravada na Lith^a. do Arch^o. Militar por Alvaro e Pereira, do dia 3 a 7 de Abril. 1867 [AHEx – Fotografia: Vicente de Mello].*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, G. **O Brasil na lenda e na cartografia antiga**. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Brasiliana, 1941. v. 199. 203p.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1965/1971. tomo II. 443p.

COSTA, M. F. da. **Roteiro de todos os sinais,**

conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães. Edição fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Lisboa: Tagol, 1988. 53pp.

COSTA, A. G. **Dos roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: Um projeto de**

- cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, A. G. (Org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007. 83-224pp.
- Documentos Históricos da BN, vol. XXXIV – 1936, p.257-258.
- FERNANDES, F. L. O enigma do pau-brasil. In: BUENO, Eduardo. **Pau-Brasil**. São Paulo, Axis Mundi Editora, 2002. 103-140pp.
- GARCIA, J. M. Tesouros da cartografia portuguesa em Portugal. In: MAGALHÃES, J. R. *et al.* **Tesouros da Cartografia Portuguesa**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa, Edições Inapa, 1997. 35-114pp.
- GUEDES, M. J. A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. In: MAGALHÃES, J. R. *et al.* (Org). **Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. 10-38pp.
- GUERREIRO, I. As demarcações segundo o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. In: MAGALHÃES, J. R. *et al.* (Org). **Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. 39-52pp.
- DAVEAU, S. Lugares e Regiões em Mapas Antigos. In: MAGALHÃES, J. R. **Catálogo da Exposição Lugares e Regiões em Mapas Antigos**. Évora, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. 13-44pp.
- LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa, Portugália; Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/Civilização Brasileira, 1949. tomo VIII. 436p.
- MARCADÉ, J. O quadro Internacional e Imperial. In: MAURO, F. (Org.). **O Império Luso-Brasileiro: 1620-1750**. Lisboa, Editorial Estampa, 1991. parte I. 516pp.
- MARTINS, F. J. C. Compilar para conhecer: alguns mapas do território colonial brasileiro da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército. In: **III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Ouro Preto, 2009. Anais. CD, 2009. 13pp.
- MORAIS, A. de. A Astronomia no Brasil. In: AZEVEDO, F. de (Org.). **As ciências no Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1950. v. I, 81-162pp.
- RENGER, F. E.; MACHADO, M. M. M. **Do descobrimento do ouro à criação das vilas na Cartografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro, 2005. Anais. CD, 2005. p s/n.
- RODRIGUES, J. H. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1969. v. II. 493 p. (Série Grande Formato)
- TAVARES, A. de L.. **A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro, Publicações do Estado-Maior do Exército, 1965. 188p.
- VILHENA, L. dos S. **Recopilação de Noticias Brasílicas Contidas em tres Cartas Escriptas da Cidade da Bahia por hum a outro Amigo em Lisboa, debaixo de nomes alusivos, notificando-o das Capitancias de Pernambuco e Goyas, e terminando finalmente com a recopilação de alguns pensamentos políticos aplicados em parte as Colônias Portuguezas no Brasil**. 1802. Documento da BN. p. 81f-136f.